



Companhia Campolarguense de Energia – COCEL

Relatório Anual das Demonstrações Contábeis Societárias

2018

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

CNPJ Nº: 75.805.895/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2018

Senhores Acionistas,

Atendendo as disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL submete à apreciação dos Senhores o Relatório das principais atividades referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado – DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa, com os devidos pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e de Administração, dos quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da nossa empresa para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, fundada em 05 de março de 1968, é uma sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ sob número 75.805.895/0001-30, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, regendo-se de acordo com a Lei nº 6.404 de 15/12/76 e pela Lei Municipal nº 106/67 de 05/12/1967, tendo como principal atividade o serviço público de distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, conforme Contrato de Concessão nº 27/99 – ANEEL.

CARTA DO PRESIDENTE

Em 2018 a Companhia Campolarguense de Energia – Cocel completou 50 anos de distribuição de energia e pela primeira vez em sua história foi premiada duas vezes pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Cocel foi considerada a melhor entre as concessionárias com mais de 30 mil e menos de 400 mil unidades consumidoras – vencendo quinze distribuidoras do mesmo porte. Também foi premiada como a concessionária que mais cresceu em todo o país – nesta categoria as 96 concessionárias concorreram. Os dois troféus do “Prêmio IASC” levam em conta uma extensa pesquisa com consumidores de todo o país, que compõem o Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor.

Este reconhecimento da qualidade do serviço prestado motivou a Companhia a buscar estar ainda mais próxima de seus consumidores e da comunidade, além de investir em melhorias técnicas na rede de distribuição. As manutenções preventivas foram intensificadas e a instalação de um sistema supervisorio da rede foi iniciada - sempre com o objetivo de minimizar o risco de interrupções no fornecimento de energia.

No ano do cinquentenário, a Companhia ultrapassou as 50 mil unidades consumidoras ligadas e reforçou seu papel como fomentadora do desenvolvimento do município e do bem estar da comunidade campo-larguense. Entre os diversos projetos desenvolvidos, “Iluminando Campo Largo com eficiência” trouxe mais segurança às vias públicas do anel central. Trata-se de Projeto de Eficiência Energética (PEE), realizado conforme a regulamentação da ANEEL, que consistiu na substituição de luminárias tradicionais por modelos LED – que são mais econômicas e têm melhor luminosidade.

A compra de energia através de leilão, consolidando a migração da Companhia para o mercado livre, tornou-se realidade em 2018. Um marco na gestão que coloca a Cocel no mesmo patamar de grandes concessionárias, com o objetivo de proporcionar redução das tarifas para os consumidores. Os desafios são diários e continuarão sendo enfrentados com coragem e determinação por toda a equipe da Cocel.

Cordialmente,

José Arlindo Lemos Chemin

Diretor Presidente



A EMPRESA

Missão: Distribuir energia elétrica com segurança e qualidade, para o desenvolvimento e bem estar das comunidades atendidas, agregando valor para os clientes, colaboradores e acionistas.

Visão: Ser reconhecida pelos clientes pela excelência dos serviços de distribuição de energia elétrica à sociedade.

Política da Qualidade: Atender às diretrizes da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, otimizando os serviços prestados para a satisfação dos consumidores internos e externos, melhorando continuamente e garantindo tratamento adequado às reclamações. (ISO 9.001/ 10.002)

Organização e Gestão: A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de Março de 1968, é uma Sociedade de Economia Mista, de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, o qual detém 99,6% do seu Capital Social. É regulada pela Lei 6404/76 das Sociedades Anônimas com alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009. É uma empresa concessionária de serviço público de energia elétrica, sendo sua concessão estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em 2015, a Cotel renovou seu Contrato de Concessão de Energia Elétrica, assinando o Quinto Termo Aditivo em 09/12/2015 por 30 anos. O Decreto nº 8.461, de 02/06/2015, regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 7º da Lei nº 12.783, de 11/01/2013, prevendo indicadores de eficiência que deverão ser observados pela concessionária pelo período de cinco anos contados de 1º de janeiro de 2016. O Capital social realizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 50 milhões, representado por 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias sem valor nominal. A composição acionária dos principais acionistas encontra-se discriminada na tabela abaixo:

	2018	2017
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

AUDITORIA EXTERNA

A COCEL tem como contratada a empresa Taticca Auditores Independentes S/S - EPP para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis.

ESTRUTURA E AMBIENTE DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Abrangência da Área de Concessão: A Concessionária distribui energia elétrica em todo Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que abrange uma população de 130.091 habitantes (conforme estimativa do IBGE 2018) e área de 1.244 km².

Atendimento aos consumidores: Diversas melhorias foram implantadas durante o ano de 2018 com o objetivo de oferecer atendimento com maior qualidade e agilidade, incluindo atualização cadastral e recadastro dos consumidores com tarifa rural. Os processos foram padronizados e o treinamento da equipe é contínuo - proporcionando mais agilidade no atendimento, minimizando o risco de erros e garantindo isonomia no tratamento a todos os clientes. A Companhia passou a realizar atendimento ao público no Distrito Ferraria às terças-feiras pela manhã, garantindo maior comodidade a todos os moradores da região. A Agência Virtual e o aplicativo Cotel Mobile ganharam destaque em 2018, 19% de todos os atendimentos foram registrados por estes canais.

Em 2018 foram registrados 276.265 protocolos de atendimento - decréscimo de 4,5% no total de atendimentos realizados, enquanto o número de consumidores cresceu 0,33%. Cabe destacar que o registro de atendimentos emergências também reduziu 18,94%. No período foram 67.732 ligações recebidas pelos telefones 0800-7262121 e 0800-7262212 (atendimento comercial e Ouvidoria).

A Cotel disponibiliza seis canais de atendimento a seus consumidores:

- Presencial: realizado na sede da Companhia, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h30;
- Teleatendimento: ligação gratuita para 0800-7262121 (com atendimento personalizado de segunda-feira a sábado das 7h30 às 24h e atendimento emergencial 24h todos os dias através de central automatizada);
- Agência Virtual: disponível no site www.cotel.com.br;
- Aplicativo COCEL MOBILE: gratuito e disponível para sistemas operacionais Android e iOS;



- E-mail: link para o e-mail atendimento@cocel.com.br disponível no site – serviço disponível 24 horas por dia e respondido em horário comercial;
- SMS: para informar falta de energia basta enviar mensagem de celular para (41) 99106-9146 – serviço disponível 24 horas por dia.

Agentes Arrecadadores: A fim de facilitar o pagamento das faturas de energia elétrica, a COCEL conta com 25 agentes arrecadadores conveniados e contratados, lotéricas, além de outros estabelecimentos comerciais que atuam como correspondentes bancários distribuídos em todas as regiões do município.

Ouvidoria: A Ouvidoria da COCEL é um setor independente dos demais e fica à disposição dos consumidores que desejarem registrar suas reclamações, sugestões ou críticas. É regulamentada pela Resolução nº 470/2011 – ANEEL. No ano de 2018, a Ouvidoria da COCEL atendeu a 38 reclamações de seus consumidores - redução de 41% no número de reclamações comparadas com o ano de 2017.

ASPECTOS OPERACIONAIS

Número de Consumidores: O ano de 2018 encerrou com o total de 50.401 unidades consumidoras. Foram realizadas 959 novas ligações (916 são da classe de consumo residencial) - o que representa um crescimento de 1,9% em relação ao ano anterior. Destaque para a classe de consumo residencial, que representa 88,4% do número total de consumidores.

Classe de consumo	2018	2017	Varição (%)	Participação (%)
Residencial	44.570	43.654	2,1	88,4
Industrial	394	420	(6,2)	0,8
Comercial	3.354	3.257	3,0	6,7
Rural	1.803	1.822	(1,0)	3,6
Poder Público	211	218	(3,2)	0,4
Iluminação Pública	1	1	-	-
Serviço Público	65	67	(3,0)	0,1
Consumo Próprio	3	3	-	-
TOTAL	50.401	49.442	1,9%	100,0

Receita Bruta da Venda de Energia Elétrica - faturada: (R\$ mil)

O faturamento bruto de energia elétrica apresentou um acréscimo de 12,3%, passando de R\$ 134.284.419,40 em 2017 para R\$ 150.868.387,13 em 2018.

Classe	2018	2017	Varição (%)	Participação (%)
Residencial	71.712	62.490	14,8	47,5
Industrial	31.415	29.840	5,3	20,8
Comercial	30.065	25.636	17,3	19,9
Rural	3.703	3.570	3,7	2,5
Poder Público	2.776	2.594	7,0	1,9
Iluminação Pública	7.215	6.391	12,9	4,8
Serviço Público	3.982	3.763	5,8	2,6
TOTAL	150.868	134.284	12,3	100,0

A redução no consumo de energia foi maior no período 2016/2017 em função de consumidores industriais e comerciais que migraram para o mercado livre, conforme demonstrado no quadro abaixo:

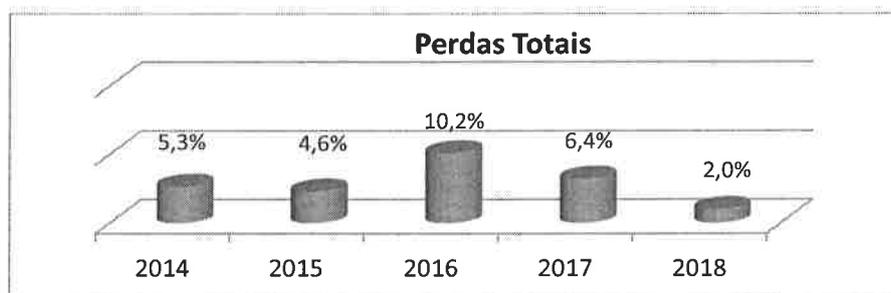
Disponibilização do Sistema de Distribuição – TUSD – Consumidores Livres - (R\$ mil)

Consumidores	2018	2017	Varição (%)
Industrial	9.844	8.056	22,2
Comercial	4.734	3.953	19,8
Cobrança ICMS Substituição Tributária	8.239	6.999	17,7
TOTAL	22.817	19.008	20,0

Mercado de Energia Vendida: (MWh) faturada

Classe	2018	2017	Varição (%)	Participação (%)
Residencial	80.984	79.982	1,3	25,5
Industrial	44.517	48.612	(8,4)	14,0
Comercial	36.748	35.736	2,8	11,6
Rural	6.680	7.253	(7,9)	2,1
Poder Público	3.356	3.569	(6,0)	1,1
Iluminação Pública	13.924	13.924	-	4,4
Serviço Público	6.610	6.980	(5,3)	2,1
Consumo Próprio	130	117	11,1	0,0
Industrial – Livres	91.280	84.632	7,9	28,8
Comercial – Livres	32.989	32.518	1,4	10,4
TOTAL	317.218	313.323	1,2	100,0

O consumo total de energia faturada pela COCEL para atender nossos consumidores cativos em 2018 totalizou 192.949 MWh - um decréscimo de 1,6%, comparando com a energia faturada no ano de 2017, que totalizou 196.173 MWh. A energia requerida exclusivamente para atender nossos consumidores cativos ao longo do exercício de 2018 adquirida integralmente da supridora Companhia Paranaense de Energia - COPEL apresentou um decréscimo de - 8,04%, passando de 211.100 MWh em 2017 para 194.129 MWh em 2018. A micro geração, energia gerada pelos nossos consumidores atingiu 60,38 MWh, contra 16,08 MWh em 2017. As perdas de energia elétrica ao longo do exercício em nosso sistema de distribuição, incluindo as comerciais e técnicas, foram de 1,98%.



Tarifa média: A tarifa média de fornecimento de energia elétrica, excluídos os valores do ICMS, COFINS e do PIS/PASEP, atingiu em dezembro de 2018, R\$ 516,45/MWh, representando um crescimento de 13,5% em relação a dezembro de 2017.

Tarifa Média em R\$/MWh		
Classe	Dez/2018	Dez/2017
Residencial	583,42	518,35
Industrial	462,26	404,83
Comercial	540,19	476,62
Rural	409,75	359,31
Poder Público	550,33	488,17
Iluminação Pública	337,83	301,49
Serviço Público	395,92	356,24
Tarifa Média	516,45	454,99

Inadimplência: Valores a receber de consumidores incluindo outros créditos além da energia consumida.

SalDOS em 31/12/2018							
Classes	A vencer	Vencidas até 30 dias	Vencidas de 31 a 90 dias	Vencidas de 91 a 180 dias	Vencidas de 181 a 360 dias	Vencidas a mais de 360 dias	Total
Residencial	3.330	2.509	356	81	84	392	6.752
Industrial	891	776	257	2	2	212	2.140
Comercial	1.519	529	160	14	26	195	2.443
Rural	126	63	12	1	14	112	328
Poder público	223	12	-	-	-	-	235
Iluminação Pública	582	-	-	-	-	-	582
Serviço Público	362	10	-	-	-	-	372
Industrial – Cons.Livres	-	353	-	-	-	-	353
Soma	7.033	4.252	785	98	126	911	13.205

REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL – 2018

Definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2411 de 26/06/2018. As tarifas de aplicação da Cocal ficam, em média, reajustadas em 12,03% correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS

Qualidade Técnica do Fornecimento: Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são medidos pelos indicadores denominados DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor), calculados através de sistema informatizado (Software Useall, módulo COD), que nos permite medir com bastante precisão os níveis de confiabilidade do sistema, possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas e o direcionamento de investimentos significativos no reforço e melhoria das redes existentes.

	DEC Global	FEC Global
2018	10,19	7,83
2017	9,78	8,02

INVESTIMENTOS

Ao longo de 2018 a COCEL aplicou parcela significativa dos seus recursos em obras de ampliação do seu sistema de distribuição de energia elétrica, conforme apresentamos na tabela abaixo:

Investimentos (em R\$ mil)	2018	2017
Obras de distribuição	3.975	3.388
Veículos	328	1.024
Terrenos	962	-
Edificações	612	-
Outros investimentos	163	85
Total dos Investimentos	6.040	4.497

Origens dos Recursos (em R\$ mil)	2018	2017
Recursos próprios	6.040	4.497
Clientes – Participação financeira	341	224
Total dos Recursos	5.699	4.273

Sistema de distribuição – 12/2018	Urbano	Rural	Total
Redes de Distribuição – Baixa Tensão (Km)	641	143	784
Redes de Distribuição – Média Tensão (Km)	756	945	1.701
Postes – unidades	22.172	11.279	33.451
Transformadores – unidades	2.426	2.018	4.444
Potência Instalada em Transformadores (KVA)	223.543	35.718	259.261

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Tarifa Social da Energia Elétrica: A Tarifa Social da Energia Elétrica é regulamentada pela Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010 e pela Resolução Normativa ANEEL 414/2010. Proporciona descontos nas faturas de energia às famílias com baixa renda que atendam os critérios estabelecidos pela legislação e mantenham seus cadastros atualizados.

Tarifa Social da Energia Elétrica (Baixa Renda)	2018	2017
Número de residências atendidas	2.909	2.248
Residências atendidas pelo Programa c/relação ao total de consum. residenciais	6,53%	5,2%
Receita de faturamento na subclasse Baixa Renda (R\$ mil)	763	688
Faturamento da classe em relação ao total do faturamento residencial	1,57%	0,9%
Subsídio recebido da Eletrobrás, relativo aos consumidores do Programa (R\$ mil)	813	602

Programa Luz Fraterna: Programa instituído pelo Governo do Estado do Paraná de acordo com a Lei 17.639/2013, que se responsabiliza pelo pagamento das faturas dos consumidores que tenham o NIS (Número de Identidade Social) cadastrado e consumam no máximo 120 KWh por mês. Para receber o benefício, os consumidores devem ter apenas uma unidade consumidora em seu nome.

Programa Luz Fraterna	2018	2017
Número total de residências atendidas	1.703	1.284
Residências atendidas pelo Programa com relação ao total de consumidores	3,38%	3,95%
Receita de faturamento do Programa Luz Fraterna (R\$ mil)	483	351
Faturamento do Programa relação ao total da receita do faturamento residencial	0,37%	0,48%
Subsídio recebido do Governo Estadual dos consumidores do Programa (R\$ mil)	483	351



PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE

Por lei, as distribuidoras de energia devem aplicar anualmente parte do seu lucro em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Projetos de Eficiência Energética. Com o objetivo de combater o desperdício de energia e melhorar a eficiência e qualidade no serviço de distribuição, a COCEL reserva 1,0% da sua receita operacional líquida para desenvolver os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e de Eficiência Energética (PEE), seguindo a regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Em 2017 a COCEL deu início a um novo PEE que resultou na maior ação de melhoria na iluminação pública já realizada no município. O projeto obteve aprovação da ANEEL (através da Nota Técnica 0186/2017-SPE/ANEEL) para execução do projeto que consiste na substituição das lâmpadas da iluminação pública da região central do município por modelos de LED. As lâmpadas de LED são mais econômicas, têm maior vida útil e maior luminosidade que os modelos tradicionais. O PEE é realizado conforme regulamentação específica da ANEEL, que também é a responsável por fiscalizar as ações. Entre março e setembro de 2018, 756 novas luminárias foram instaladas - mais de 30 quilômetros de vias do anel central já contam com iluminação eficiente. A economia das novas lâmpadas de LED em relação às convencionais é de 51,72% (em média) - o que equivale a aproximadamente R\$ 365,00 economizados por ano para cada luminária substituída. Os novos equipamentos proporcionam ainda maior luminosidade e melhor percepção das cores, possibilitando que o espaço público seja mais bem aproveitado e contribuindo para a segurança.

PROJETOS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D

Para o ciclo 2016/2019 de seu Programa de Pesquisa e Desenvolvimento, a Companhia está investindo R\$ 1.099.518,00 (um milhão, noventa e nove mil, quinhentos e dezoito reais) em um projeto que objetiva o desenvolvimento de plataforma experimental de um sistema inteligente de controle e supervisão para operação de alimentadores urbanos via aquisição de dados remotos - visando a modernização do sistema de distribuição da Companhia, alinhando-a a nova tendência de descentralizar as responsabilidades na operação do Sistema de Distribuição concedendo mais autonomia aos alimentadores. Este projeto permitirá à COCEL estabelecer sua primeira rede de telecomunicações (fibra ótica) para telecomando e automatização de religadores automáticos, bem como permitirá a aquisição de seu primeiro Sistema de Aquisição e Supervisão de dados (SCADA). No biênio de 2017/2018 a COCEL já instalou cinco religadores automáticos.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária. A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, de acordo com o artigo 9º da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, que permite sua dedutibilidade, para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. No exercício de 2018, foi apropriado a título de juros sobre o capital próprio o montante de R\$ 1.250.000,00, e também constituiu reserva no valor equivalente a 5% do lucro líquido do exercício. Para atender ao seu programa de investimentos foi retido o saldo remanescente do lucro líquido do exercício no montante de R\$ 2.057.899,86 como Reserva de Retenção de Lucros, de modo a assegurar a realização de obras do próximo exercício pelo orçamento de capital de concessionária.

DIMENSÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

Receita Operacional Bruta: A Receita de fornecimento de Energia Elétrica faturada e não faturada totalizou R\$ 150.111.956,19 em 2018 contra R\$ 136.006.338,95 em 2017, representando um acréscimo de 10,4%. A partir de abril de 2016 ocorreu a migração de alguns grandes consumidores industriais e comerciais para o mercado livre. Atualmente são 12 consumidores das classes industrial e comercial que passaram a adquirir energia em leilões, cabendo cobrar somente da disponibilização do sistema de distribuição da Cotel. Em 2018 foi faturado o montante de R\$ 14.578.138,97 contra o valor de R\$ 12.008.865,86 desta cobrança de “fio” em 2017. Outro valor também de responsabilidade da Companhia, se refere ao ICMS Substituição Tributária incidente sobre a energia consumida destes

Consumidores Livres junto aos seus fornecedores de energia. Em 2018 foi cobrado o valor de R\$ 8.238.692,93 e em 2017 o valor de R\$ 6.999.237,66, recolhidos integralmente ao Estado do Paraná.

Ativos e Passivos financeiros setoriais: Conta de compensação de variação de valores de itens da “Parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros – trata-se das variações positivas e negativas entre estimativas de custos não gerenciáveis e pagamentos efetivados ocorridos entre os processos tarifários contemplados. As variações serão apuradas e fiscalizadas pela Aneel para posterior compensação nos reajustes tarifários subsequentes.

Os valores registrados na conta **Doações, Contribuições e subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido** no valor de R\$ 6.341.080,88, referem-se a valores de descontos incidentes sobre as tarifas e contemplados nos reajustes e revisões tarifárias da ANEEL e que são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE a título de Subsídio de Carga de Fonte Incentiva (consumidores livres), Subsídio sobre o Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento e do Subsídio Rural de Irrigação e Eletrificação. Estes custeios são de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE conforme disposto nos termos do inciso VII, do artigo 13º da lei 10.438/2002 e Decreto nº 7891/2013. Também são registrados os valores recebidos de Subsídio Baixa Renda do Governo Federal.

Em **Outras Receitas**, temos os valores registrados de serviços prestados como serviços cobráveis nas faturas, compartilhamento de infraestrutura e de prestação de serviços de manutenção da iluminação pública do Município - totalizando R\$ 5.752.967,61 em 2018. A partir de dezembro de 2014 foram transferidos para o Município todos os ativos referentes ao sistema de iluminação pública, conforme determinado pela Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010, artigo 218. A transferência foi efetuada sem ônus para o Município.

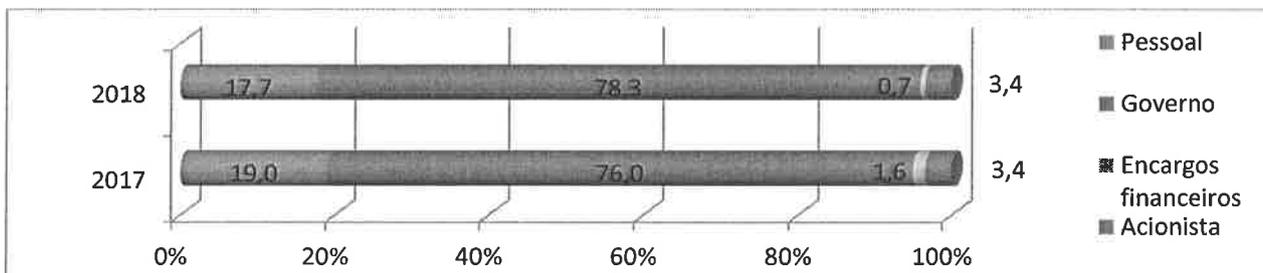
Receita Operacional Líquida: O resultado líquido após as deduções de encargos setoriais e impostos obteve um resultado de R\$ 101.096.532,00 em 2018, contra R\$ 90.513.785,97 em 2017. Um percentual de 51,6% em 2018 e de 52,7% em 2017, sobre a Receita Operacional Bruta.

Resultado antes dos Custos Gerenciáveis: Em 2018 o resultado após os custos com a aquisição de energia elétrica teve o valor de R\$ 37.774.780,40 e o percentual sobre a Receita Líquida Operacional de 37,4%. Em 2017 foi de R\$ 32.768.871,65 e o percentual de 36,2%.

Custos Gerenciáveis: Encerrou o exercício de 2018 com o montante de R\$ 34.341.050,40 e a variação de 34,0% sobre a Receita Líquida Operacional, enquanto em 2017, encerrou com o valor de R\$ 30.630.502,68 e variação de 33,8% sobre a ROL e variação de 12,1% (comparando 2018 com 2017).

Valor Adicionado: Em 2018, o valor adicionado líquido produzido como riqueza pela Companhia foi de R\$ 103.518.790,29, representando 55,0% da Receita operacional bruta. Em 2017, foi de R\$ 90.529.298,30 o que representa 54,8% sobre a receita bruta.

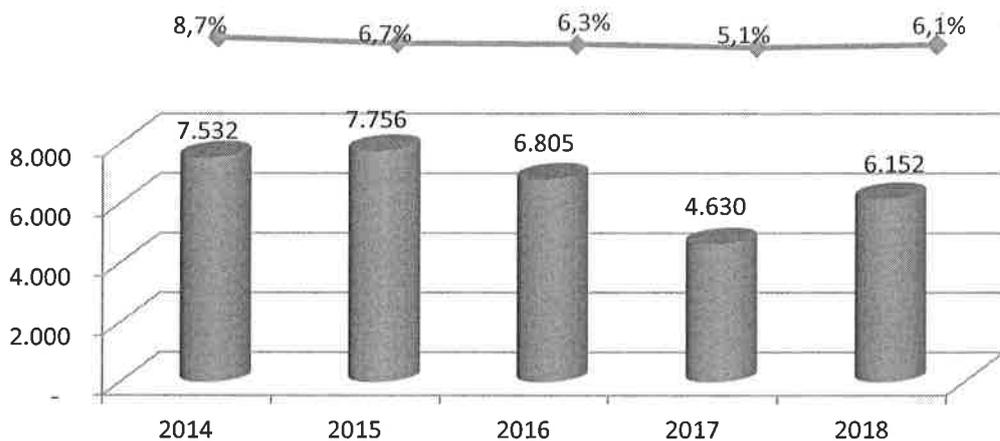
Distribuição do Valor Adicionado (%):



LAJIDA ou EBITDA: Os Lucros antes dos Juros, Impostos e Depreciação e Amortização (LAJIDA ou EBITDA) totalizou R\$ 6.152.536,75 e margem de 6,09% em 2018, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Rubrica	2018	2017
Resultado das Atividades	3.433	2.138
Depreciação e Amortização	2.719	2.492
Lajida/Ebitda	6.152	4.630
Receita Operacional Líquida	101.097	90.514
Margem do Ebitda - % (Ebitda / ROL)	6,09%	5,12%

O gráfico abaixo apresenta os valores em R\$ (mil) da margem do Ebitda/Lajida, juntamente com o percentual sobre a Receita Operacional Líquida.



Indicadores econômicos

Índice/coeficiente	Fórmula	2018	2017
Liquidez imediata	Disponível	R\$ 0,07	R\$ 0,18
	Passivo Circulante		
Liquidez corrente	Ativo Circulante	R\$ 1,24	R\$ 1,24
	Passivo Circulante		
Liquidez geral	Ativo Circ. + Realizável L.P.	R\$ 1,28	R\$ 1,21
	Passivo Circ. + Exigível L.P.		
Endividamento Total	Exigibilidades totais	R\$ 0,34	R\$ 0,37
	Ativo Total		
Retorno do Capital	Lucro Líquido	6,14%	5,63%
	Patrimônio Líquido		
Razão Operacional	Despesa Operacional	0,97	0,98
	Receita Líquida		
Capital Fixo Aplicado	Ativo Permanente	0,57	0,56
	Ativo Total		
Desp.Pessoal/Rec.Líquida	Despesa Pessoal	16,5%	17,0%
	Receita Líquida		
Energia Comprada/ Rec. Líquida	Custo Energia	62,6%	63,8%
	Receita Líquida		
Capital de Giro	Ativo Circulante – Passivo Circulante	R\$ 6.754.225	R\$ 7.165.361
Lucro Líquido	-	R\$ 3.481.990	R\$ 3.068.780
EBITDA	Lucro Exercício + Depreciação	R\$ 6.152.537	R\$ 5.108.511

**BALANÇO SOCIAL**

1) Base de Cálculo	2018			2017		
	Valor (R\$ mil)			Valor (R\$ mil)		
Receita Líquida	101.096			90.514		
Lucro Operacional	3.482			3.069		
Folha de Pagamento Bruta	16.671			15.364		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.540	9,24%	1,52%	1.398	9,10%	1,54%
Encargos Sociais sem diretoria	3.839	23,00%	3,80%	3.687	24,0%	4,07%
Previdência privada	49	0,29%	0,05%	49	0,32%	0,05%
Saúde	829	4,97%	0,82%	782	5,09%	0,86%
Segurança e Medicina no Trabalho	138	0,83%	0,14%	129	0,84%	0,14%
Educação	21	0,13%	0,02%	32	0,21%	0,04%
Cultura	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	30	0,18%	0,03%	36	0,23%	0,04%
Creches ou Auxílio Creche	-	-	-	-	-	-
Participação nos Lucros ou Resultados	751	4,50%	0,74%	606	3,94%	0,68%
Outros	-	-	-	-	-	-
Total – Indicadores sociais internos	7.197	43,17%	7,12%	6.719	43,73%	7,42%
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Saúde e Saneamento	-	-	-	-	-	-
Esporte	-	-	-	-	-	-
Combate à fome e segurança alimentar	-	-	-	-	-	-
Programa “Luz Para Todos”	-	-	-	-	-	-
Programa de pesquisa e eficiência energética	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Total das contribuições para a sociedade	-	-	-	-	-	-
Tributos (excluídos os encargos sociais)	81.024	-	80,15%	68.764	-	75,97%
Total – Indicadores Sociais Externos	88.221	-	87,26%	75.483	-	83,39%

4) Indicadores do Corpo Funcional	2018	2017
	N.º de empregados	N.º de empregados
N.º de empregados ao final do exercício	122	122
Nº de empregados terceirizados	45	31
Escolaridade dos empregados:		
Superior e extensão universitária	55	51
2º Grau	52	55
1º Grau	15	16
Faixa Etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	18	22
De 30 até 45 anos (inclusive)	50	53
Acima de 45 anos	54	57
Admissões durante o período	8	13
Demissões durante o período	8	16
N.º de mulheres que trabalham na empresa	24	28
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	36,8%	29,0%
Estagiários	5	5
Menor Aprendiz	5	4

5) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração	2018			2017		
	6,2%			7,4%		
Nº total de acidentes de trabalho	1			3		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos foram definidos	<input checked="" type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados	<input checked="" type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos	<input checked="" type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados	<input checked="" type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input type="checkbox"/> Todos os empregados
A previdência privada contempla	<input type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos os empregados	<input type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla	<input type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos os empregados	<input type="checkbox"/> Pela Direção	<input type="checkbox"/> Direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> Todos os empregados
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa	<input type="checkbox"/> Não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> São sugeridos	<input type="checkbox"/> São exigidos	<input type="checkbox"/> Não são considerados	<input checked="" type="checkbox"/> São sugeridos	<input type="checkbox"/> São exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> Apoia	<input type="checkbox"/> Organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> Não se envolve	<input checked="" type="checkbox"/> Apoia	<input type="checkbox"/> Organiza e incentiva

A COCEL agradece aos seus acionistas, em especial à colaboração do Governo do Município de Campo Largo, aos colaboradores da Companhia pelo profissionalismo e dedicação, aos clientes/consumidores e fornecedores pela confiança que depositaram ao longo de 2018.

Campo Largo, 31 de Dezembro de 2018.

José Arlindo Lemos Chemin
Diretor Presidente

Pedro Luiz Durigan
Diretor Econômico/ Financeiro

Carlos Conrado Krzyzanowski
Diretor Técnico

Nelson Chagas
Diretor Administrativo

Luciano Marcos Klos
Contador CRC/PR 027.658/O-8

**Balço Patrimonial dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2018 e 2017**

ATIVO	2018	2017
CIRCULANTE		
Numerário disponível (Nota 5.1)	1.174	2.795
Aplicações no mercado aberto (Nota 5.2)	782	2.580
Consumidores, Concessionários e Permissionários (Nota 5.3)	17.141	17.143
Encargos de Uso da Rede Elétrica (Nota 5.3)	346	-
Serviços em curso (Nota 5.4)	1.788	752
Tributos compensáveis (Nota 5.5)	321	292
Almoxarifado operacional (Nota 5.6)	1.726	1.192
Despesas pagas antecipadamente (Nota 5.7)	125	157
Ativos regulatórios (Nota 5.8)	9.354	6.203
Outros ativos circulantes (Nota 5.9)	2.260	5.683
	35.017	36.797
NÃO CIRCULANTE		
Tributos compensáveis (Nota 5.10)	282	368
Investimentos temporários (Nota 5.11)	195	195
Depósitos judiciais	109	109
Outros ativos não circulantes (Nota 5.12)	1.574	530
	2.160	1.202
Intangível em serviço (Nota 5.13)	45.310	43.138
Intangível em curso (Nota 5.13)	3.361	4.890
	48.671	48.028
TOTAL DO ATIVO	85.848	86.027

Balço Patrimonial dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

PASSIVO	2018	2017
CIRCULANTE		
Fornecedores (Nota 5.16)	8.846	8.810
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 5.17)	1.042	2.313
Obrigações sociais e trabalhistas (Nota 5.18)	2.852	2.397
Tributos (Nota 5.19)	4.016	4.017
Provisão para litígios (Nota 5.20)	38	3
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	1.753	999
Encargos setoriais (Nota 5.21)	7.629	8.110
Passivos regulatórios (Nota 5.22)	894	1.832
Outros passivos circulantes (Nota 5.23)	1.193	1.150
	28.263	29.631
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 5.24)	852	1.894
	852	1.894
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social (Nota 5.25)	50.000	42.000
Reservas de Capital (Nota 5.26)	6.733	12.502
	56.733	54.502
TOTAL DO PASSIVO	85.848	86.027



Demonstrativo do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

	2018	2017
Receita Operacional (Nota 5.30)		
Fornecimento de Energia Elétrica	150.112	136.006
Disponibilização do Sistema de Distribuição	22.817	19.008
Ativos e Passivos Financeiros Regulatórios	4.643	528
Doações, Contribuições e subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido	6.341	5.931
Outras Receitas	5.753	5.309
Receita de Construção	6.223	5.024
	195.889	171.806
Deduções da Receita Operacional (Nota 5.31)		
ICMS	(54.477)	(47.916)
COFINS / PASEP	(15.896)	(14.349)
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	(18.910)	(13.964)
TFSEE – Taxa de Fiscalização	(107)	(110)
Pesquisa e Desenvolvimento / Eficiência Energética	(891)	(875)
Bandeiras Tarifárias	(4.512)	(4.078)
	(94.793)	(81.292)
Receita Operacional Líquida	101.096	90.514
Custos Não Gerenciáveis – Parcela “A” (Nota 5.32)		
Energia Elétrica comprada para Revenda	(48.606)	(46.310)
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão/Distribuição	(14.716)	(11.435)
	(63.322)	(57.745)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	37.774	32.769
Custos Gerenciáveis – Parcela “B” (Nota 5.33)		
Pessoal e Administradores	(16.671)	(15.364)
Material	(2.832)	(1.300)
Serviços de Terceiros	(4.845)	(5.348)
Depreciação e Amortização	(2.719)	(2.492)
Custo com Construção	(6.223)	(5.024)
Outras Despesas Operacionais	(1.051)	(1.103)
	(34.341)	(30.631)
Resultado da Atividade	3.433	2.138
Resultado Financeiro		
Despesas Financeiras	(2.202)	(3.152)
Receitas Financeiras	2.930	3.631
	728	479
Resultado Antes dos Impostos sobre o lucro	4.161	2.617
Imposto de Renda / Contribuição Social s/Lucro	(1.178)	(642)
Lucro antes das Participações e da Reversão dos Juros Sobre o Capital	2.983	1.975
Participações nos Lucros	(751)	(606)
Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	1.250	1.700
Lucro Líquido do Exercício	3.482	3.069
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações do Cap. Social - R\$	6,96	6,14



Demonstrativo do Fluxo de Caixa dos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

	2018	2017
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	3.482	3.069
Despesas / Receitas que não Afetam o Caixa		
Provisão Para Crédito de Liquidação Duvidosa	128	768
Depreciação e Amortização de Investimentos	3.579	4.806
Baixas do Imobilizado em Serviço	281	462
Provisões no Passivo Circulante	36	3
Provisões no Passivo Não Circulante	-	-
	7.506	9.108
Variações no Ativo Circulante		
Consumidores e Revendedores	(127)	(4.080)
Encargos de uso da rede elétrica	(346)	-
Serviços em Curso	(1.036)	694
Tributos compensáveis	(29)	177
Almoxarifado operacional	(534)	(48)
Ativos regulatórios – Parcela A – CVA	(3.150)	5.172
Despesas pagas antecipadamente	33	(128)
Subsídios tarifários e Redução da tarifa equilibrada	1.601	(2.089)
Outros ativos circulantes	1.822	(341)
	(1.766)	(643)
Varição no Passivo Circulante		
Fornecedores	35	2.358
Obrigações sociais e trabalhistas	455	104
Tributos e Contribuições Sociais	(1)	1.497
Dividendos declarados e juros s/Capital próprio	754	104
Encargos setoriais	(481)	522
Passivos regulatórios – Parcela A – CVA	(937)	(6.263)
Outros passivos circulantes	42	19
	(133)	(1.659)
Aplicações no Ativo Não Circulante		
Tributos e contribuições compensáveis	87	166
Depósitos judiciais e cauções	-	(109)
Ativo financeiro Resolução nº 243/06	-	1.705
Indenização pela Concessão a Receber	(1.045)	(10)
Outros Ativos Não Circulantes	-	-
	(958)	1.752
Aplicações no Passivo Não Circulante		
Passivo financeiro Resolução nº 243/06	-	(1.705)
	-	(1.705)
Total das Atividades Operacionais	4.649	6.853
Aplicações no Imobilizado - Obras de Distribuição	(6.040)	(6.054)
Indenização pela Concessão a Receber	1.045	-
Contribuições do Consumidor	809	-
Depreciação/Amortização - Participação Financeira do Consumidor	(317)	-
Participações Societárias	-	-
	(4.503)	(6.054)
Atividades de Financiamentos		
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	2.700
Amortização de Empréstimos	(2.313)	(2.130)
Juros sobre Financiamentos	-	27
Juros sobre o Capital Próprio	(1.250)	(1.700)
	(3.563)	(1.103)
Total de Efeitos no Caixa		
Saldo Inicial do Caixa	5.374	5.678
Saldo Final do Caixa	1.957	5.374
Varição no Caixa	(3.417)	(304)

**Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro de 2018 e 2017**

	2018	2017
1. Geração do Valor Adicionado		
Receitas de Vendas de Energia	150.112	136.006
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD	14.578	12.009
Outras Receitas de Serviços	17.238	12.152
Receita de Construção de redes	6.223	5.024
	188.151	165.191
Menos:		
Insumos		
Custo da Energia Comprada	(69.776)	(63.631)
Materiais	(3.035)	(1.379)
Serviços de Terceiros	(4.136)	(4.276)
Custos de Construção de Redes	(6.223)	(5.024)
Outros Custos Operacionais	(1.031)	(1.010)
	(84.201)	(75.320)
2. Valor Adicionado Bruto	103.950	89.871
Quota de Reintegrações/Amortizações	(3.257)	(2.972)
3. Valor Adicionado Líquido Gerado	100.693	86.899
Receitas Financeiras Líquidas	2.826	3.631
4. Valor Adicionado a Distribuir	103.519	90.530
5. Distribuição do Valor Adicionado		
Remuneração do Trabalho	17.551	16.639
Governo: Impostos e Contribuições	81.024	68.764
Encargos Financeiros e Variações Monetárias	711	1.452
Juros Sobre o Capital Próprio / Dividendos	1.250	1.700
Lucros Retidos	2.232	1.369
Participação nos Lucros	751	606
Total	103.519	90.530

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

Descrição	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	39.000	2.751	11.382	-	53.133
Aumento do Capital Social Conforme 126ª AGE e 50ª AGO de 31/03/2017					
- Com Reservas	3.000	-	(3.000)	-	-
- Com Lucros Acumulados	-	-	-	-	-
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	3.069	3.069
Destinação do Lucro proposta a AGO					
- Reserva Legal	-	153	-	(153)	-
- Reserva de Retenção do Lucro	-	-	1.216	(1.216)	-
JSCP (R\$ 3,40 por lote de mil ações)	-	-	-	(1.700)	(1.700)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	42.000	2.904	9.598	-	54.502
Aumento do Capital Social Conforme 130ª AGE e 51ª AGO de 27/04/2018					
- Com Reservas	8.000	-	(8.000)	-	-
- Com Lucros Acumulados	-	-	-	-	-
Lucro Líquido de Exercício	-	-	-	3.482	3.482
Destinação do Lucro proposta a AGO					
- Reserva Legal	-	174	-	(174)	-
- Reserva de Retenção do Lucro	-	-	2.058	(2.058)	-
JSCP (R\$ 2,50 por lote de mil ações)	-	-	-	(1.250)	(1.250)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	50.000	3.078	3.656	-	56.734



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

*Valores expressos em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, fundada em 05 de março de 1968, é uma sociedade de Economia Mista de capital fechado, controlada pelo Governo Municipal de Campo Largo, que detém 99,6% do seu Capital Social.

A Companhia tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, que possui uma área de 1.244 km².

A COCEL é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, sendo todo o seu mercado atendido através da compra de energia da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

2. Da Concessão

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL detém a concessão para distribuir energia no Município de Campo Largo, Estado do Paraná, junto ao órgão regulador do Serviço Público de Energia Elétrica – Aneel.

A Cotel assinou em 09/12/2015 o Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 27/1998, prorrogando a vigência até 07/07/2045, de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09/11/2015, com fundamento na Lei nº 12.783/2013, no Decreto nº 7.805/2012 e no Decreto nº 8.461, de 02/06/2015.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis: Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia está adotando as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941 em 27 de maio de 2009, a qual modifica, revoga e introduz novas disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76. A referida lei estabelece diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. Nesse sentido, estão sendo observados de forma consistente os pronunciamentos do CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

4. Principais Práticas Contábeis Adotadas na Elaboração das Demonstrações Contábeis: As principais políticas contábeis na preparação das demonstrações estão descritas a seguir:

4.1. Contratos de Concessão: Conforme interpretação da ICPC 01 e OCPC 04 prevê que toda a infraestrutura da concessão não deve ser reconhecida como ativo imobilizado, pois considera-se que o concessionário não controla os ativos.

4.2. Plano de Contas: A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (MCSE), instituído por Resoluções Aneel.

4.3. Caixa e equivalentes de caixa: Composto por caixa, contas bancárias e aplicações de curto prazo de liquidez imediata.

4.4. Consumidores: Engloba as contas a receber com fornecimento de energia elétrica e uso da rede, faturado e não faturado por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros.

4.5. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa: O valor da PCLD reconhecida é considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de créditos a receber. Constituída com base nos valores a receber dos consumidores, sendo a classe residencial vencido a mais de 90 dias, classe comercial vencido a mais de 180 dias, e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

4.6. Estoques: Os materiais e equipamentos em estoques classificados no ativo circulante compreende o almoxarifado de manutenção de obras e administrativo. Estão registrados pelo custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

4.7. Ativos e passivos regulatórios: Contas de compensação de variação dos itens da "Parcela A" – CVA, são despesas dos encargos setoriais pagas antecipadamente. São valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do Contrato de Concessão, que tem por objetivo, assegurar o equilíbrio financeiro econômico da concessão e apresentar a realização dos componentes tarifários e da efetiva remuneração com obediência ao Pressuposto básico da competência, no processo de confrontação das despesas com as receitas entre os períodos tarifários.

4.8. Ativo financeiro da concessão: Refere-se a parcela do Intangível não amortizada até o final do contrato de concessão dos Investimentos realizados. Estes investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo da concessão o ativo

indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da Companhia. O registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica do ICPC 01 e da orientação OCPC 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão.

4.9. Intangível: Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida, para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequentemente direito a cobrar dos usuários do serviço prestado ao longo da concessão. Estão registrados e controlados de acordo com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 e OCPC 05 (Contratos de Concessão). Os contratos de concessão tem vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão. São avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzindo a amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

4.10. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações referentes aos bens e serviços adquiridos ao longo do curso normal dos negócios. Contempla também os valores faturados de aquisição de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

4.11. Empréstimos e Financiamentos: Registrados em moeda nacional, atualizadas pela variação monetária e taxas efetivas de juros contratados.

4.12. Dividendos: O reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído à título de dividendos.

4.13. Encargos setoriais:

- **Contas de Desenvolvimento Energético (CDE)** - Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica.

- **Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)**, São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

- **Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)** - Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

- **Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (Conta Bandeiras)** - Foi criada pelo Decreto nº 8.401/2015 e tem como finalidade administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela ANEEL. Os recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias pelas distribuidoras são revertidos à Conta Bandeiras e os recursos disponíveis na Conta são repassados aos agentes de distribuição, considerados os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e de exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo, e a cobertura tarifária vigente. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE é responsável pela criação e manutenção da Conta Bandeiras, cuja regulamentação foi realizada pela ANEEL por meio do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET.

4.14. Fornecimento de Energia Elétrica: São reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período não lido, é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.

4.15. Fornecimento de Energia Elétrica - Não faturado: corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

5. Notas Explicativas
ATIVO CIRCULANTE
5.1. Disponibilidades

Estão representadas por depósitos bancários avaliados ao custo de realização até a data do balanço patrimonial.

	2018	2017
Caixa	4	6
Contas bancárias a vista	364	2.084
Numerários em trânsito	806	705
Total	1.174	2.795

O saldo de Numerário em Trânsito corresponde aos valores arrecadados pela rede bancária e ainda não creditados pela mesma.

5.2. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras, no montante de R\$ 782 (R\$ 2.580 em 2017) estão concentradas na Caixa Econômica Federal e são remuneradas com base na variação do fundo DI, atualizadas até a data do Balanço.

5.3. Consumidores, Concessionários e Permissionários.

As contas a receber incluem os valores referentes ao faturamento já emitido, bem como a receita proveniente de energia fornecida e ainda não faturada ao final do exercício. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento do faturamento. Para a receita não faturada, conforme o ciclo de faturamento mensal é feita a provisão tendo como referência a carga real de energia disponibilizada e o índice de perda elétrica em bases anuais.

	2018	2017
Fornecimento faturado	11.762	10.972
Fornecimento não faturado	5.525	6.281
Outras cobranças de consumidores	750	658
(-) Provisão p/Créditos de liquidação duvidosa – PCLD	(896)	(768)
Total	17.141	17.143

O fornecimento faturado de energia acrescida de outras cobranças nas faturas apresenta o seguinte perfil por data de vencimento e classe:

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Consolidado
					2017
Consumidores	2018				2017
Residencial	2.871	2.390	386	5.647	5.309
Industrial	850	979	195	2.024	1.956
Comercial	1.423	607	189	2.219	1.964
Rural	124	72	110	306	310
Poder Público	210	11	-	221	286
Iluminação Pública	582	-	-	582	589
Serviço Público	356	9	-	365	319
Serviço taxado e outras	135	265	132	532	425
Renegociação/Parcelamentos	-	102	197	299	289
Não faturado	5.525	-	-	5.525	6.281
Participação Financeira	158	35	34	227	142
Governo do Paraná – Luz Fraterna	90	-	-	90	41
Sub total	12.324	4.470	1.243	18.037	17.911
(-) Crédito líq. duvidosa	-	-	(896)	(896)	(768)
Total Consumidores	12.324	4.470	347	17.141	17.143

	2018	2017
Consumidores, Concessionários e Permissionários – Consumidores Livres/Especiais a receber	346	-
Total	346	-

5.4. Serviços em Curso

Representados pelos custos apropriados em ordens de serviços próprias ou de terceiros, cujos valores serão transferidos para o ativo intangível ou para custo dos serviços prestado a terceiros por ocasião do encerramento das respectivas Ordens de Serviços – ODS.

	2018	2017
Serviços em redes elétricas	10	24
Programas de Eficiência Energética	940	143
Programas de Pesquisa & Desenvolvimento	774	528
Manutenção de Iluminação Pública	63	52
Outras ordens em curso	1	5
Total	1.788	752

5.5 Tributos compensáveis

	2018	2017
ICMS a compensar Curto Prazo	255	285
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	47	-
Contribuição Social s/Lucro Líquido – CSLL	16	-
Provisões s/aplicações financeiras	3	7
Total	321	292

5.6. Almojarifado operacional

Corresponde a materiais no almoxarifado de manutenção e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, no montante de R\$ 1.726, (R\$ 1.192 em 31 de dezembro de 2017), e não excedem ao valor de mercado.

5.7. Despesas Pagas Antecipadamente

Prêmios de Seguros: Saldo dos pagamentos antecipados de prêmios de seguros vincendos, até a efetiva realização destas despesas pelo regime contábil de competência no valor de R\$ 125.

5.8. Ativos Regulatórios

Correspondem às variações positivas de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

- **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A – CVA:** A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.
- **Neutralidade da Parcela A:** Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.
- **Devoluções tarifárias Angra III:** Valor referente resposta ao Ofício Circular nº 17/2017-SGT/ANEEL relativo ao ajuste de faturamento decorrente da RTE Angra III.

A partir da assinatura do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão assinado em 10/12/2014, a Cotel aplicou a OCPC nº 08 a partir do exercício de 2014, com registros dos valores do ativo financeiro setorial em contrapartida à receita operacional.

	2018	2017
CVA - Custo de Aquisição de Energia (constituição e amortização)	3.955	2.810
CVA - Proinfa (constituição e amortização)	74	-
CVA - Conta de Desenv. Energético CDE (constituição e amortização)	2.294	205
Transporte de Energia Rede Básica	289	-
Neutralidade Parcela “A” (constituição e amortização)	2.097	1.987
Devoluções tarifária Angra III (constituição)	645	1.201
Total	9.354	6.203

5.9. Outros Ativos Circulantes

	2018	2017
Créditos a receber – empregados	234	234
Títulos de créditos a receber – Parcelamentos manuais:		
- Consumidores Industriais/Comerciais e Outras	1.054	1.412
Serviços prestados a terceiros	7	11
Reembolsos do fundo da Conta de Desenvolvimento Energético		
- Subsidio Água, Esgoto, Saneamento e Rural	140	189
- Subsidio Carga Fonte Incentivada – CL	398	1.900
Subsídios Baixa Renda - Eletrobrás	186	236
Outros ativos a receber	241	1.701
Total	2.260	5.683

ATIVO NÃO CIRCULANTE
5.10. Tributos compensáveis

	2018	2017
ICMS a compensar	282	368
Total	282	368

5.11. Investimentos temporários

O valor de R\$ 195 refere-se ao saldo histórico de precatórios que foram adquiridos com o objetivo de quitar pendências fiscais junto ao Governo do Estado.

5.12. Outros ativos não circulantes
Ativos Financeiros – Indenizáveis (concessão)

Referem-se à parcela do Intangível não amortizada até o final do contrato de concessão dos Investimentos realizados. Estes investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo da concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da Companhia. O registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica do ICPC 01 e da orientação OCPC 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão.

	2018	2017
Ativo financeiro	1.574	530
Total	1.574	530

5.13. Intangível

	2018		
	Intangível	Ativo financeiro	Intangível Líquido
Intangível	25	(2)	23
Terrenos	1.220	(1.220)	-
Edificações, obras civis e benfeitorias.	737	-	737
Máquinas e Equipamentos	48.475	(353)	48.122
Veículos	2.157	-	2.157
Móveis e Utensílios	201	-	201
(-) Obrigações especiais Vinculadas a Concessão	(5.930)	-	(5.930)
	46.885	(1.575)	45.310
Intangível em Curso	3.361	-	3.361
	50.246	(1.575)	48.671

A agência reguladora, ANEEL, é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor de indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo de concessão. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como concessão do serviço público (Ativo Financeiro).

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrado no Ativo Intangível, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (de junho de 2008). Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

	2018	2017
Em Serviço		
- Participação da União, Estados e Municípios	118	118
- Participação financeira do consumidor	5.199	4.937
- Universalização Serviço Público de Energia Elétrica	2.370	2.370
- Pesquisa e Desenvolvimento	337	118
(-) Amortização Acumulada	(2.769)	(2.452)
- Em Curso	675	346
Total	5.930	5.437

5.14. Taxas de Depreciação

De acordo com a resolução ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009, as taxas de depreciação dos principais bens e instalações da Companhia registrada e controlada por Unidade de Cadastro - UC e passaram a ser aplicados a partir de Janeiro de 2012 são as seguintes:

Estrutura - Distribuição	3,57%
Condutor - Distribuição	3,57%
Luminária	4,55%
Medidor	7,69%
Transformador de Distribuição	4,0%
Veículo	14,29%
Equipamento Geral	6,25%
Edificação	3,33%

5.15. Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição (inclusive comercialização) são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

PASSIVO CIRCULANTE

5.16. Fornecedores

	2018	2017
Energia Comprada p/ Revenda	7.888	7.468
Materiais, Serviços e Outros	958	1.342
Total	8.846	8.810

5.17. Empréstimos e Financiamentos e debêntures

	2018		2017	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Eletrobrás	142	102	163	244
Caixa Econômica Federal	900	750	2.150	1.650
Total	1.042	852	2.313	1.894

Taxa de Juros de 5% ao ano, "Pro Rate Temporis" sobre o saldo devedor corrigido, incorporado ao saldo durante o período de carência. Taxa de Administração de 1% ao ano, vencível mensalmente sobre o saldo devedor corrigido. Efetuado empréstimo em 27/10/2017 no valor de R\$ 2.700 - a serem pagos em 36 parcelas. Tipo de operação: CDI - Pós.

5.18. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2018	2017
Saldo de Salários a Pagar	-	1
Provisão de férias	1.839	1.610
Tributos e Contribuições Sociais retidos na fonte	248	161
Consignações em favor da Concessão e/ou Terceiros	8	17
Participações nos lucros	757	608
Total	2.852	2.397

5.19. Tributos

	2018	2017
Tributos Federais	769	1.179
Tributos Estaduais	2.890	2.514
Contribuições Sociais	356	322
Tributos retidos na fonte	1	2
Total	4.016	4.017

Confins/Pasep: A tributação nas receitas é pela não cumulatividade e estão sujeitas as alíquotas de 7,60% e 1,65%

5.20. Provisão Para litígios

A Administração, com base em informações de sua Divisão Jurídica, análise das demandas judiciais, constituíram provisões para 2018 consideradas como "prováveis".

Descrição	2018		2017	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Trabalhistas	-	-	-	-
Cíveis	38	-	3	-
Total	38	-	3	-

Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas:

Cíveis: A Companhia possui 51 processos cíveis que tramitam em juizados Especiais, os quais em sua grande maioria referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores. Considerando seus riscos como "possíveis" os valores somam aproximadamente R\$ 499.

Trabalhistas: Composto por reclamações ajuizadas por empregados e ex-empregados, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento, entre outros. Considerado como risco "possível" a Companhia conta com apenas um processo estimado no valor de R\$ 105.

5.21. Encargos Setoriais

	2018	2017
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	35	35
Ministério das Minas e Energia – MME	17	18
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	2.270	1.988
Programa de Eficientização Energética	3.984	3.504
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel	150	60
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	5	656
Taxa de Fiscalização	9	9
Conta ACR – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	623	479
Bandeiras tarifárias	532	1.357
Demais encargos setoriais	4	4
Total	7.629	8.110

5.22. Passivos regulatórios

Correspondem às variações negativas de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

	2018	2017
CVA - Proinfa (constituição e amortização)	-	55
CVA - Conta de Desenv. Energético CDE (constituição e amortização)	209	1.777
Neutralidade Parcela A	239	-
Financeiro de reversão – RTE – DIC/FIC	446	-
Total	894	1.832

**5.23. Outros passivos circulantes**

	2018	2017
Consumidores	89	72
Taxa de Iluminação Pública	812	793
Taxa do Lixo	181	179
Outros credores	111	106
Total	1.193	1.150

PASSIVO NÃO CIRCULANTE**5.24. Empréstimos e Financiamentos**

O passivo não circulante contém valores de empréstimos e financiamentos constituídos com a Eletrobrás utilizados e aplicados no programa do governo federal "Luz para Todos", mencionados seus saldos no item 5.17.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO**5.25. Capital Social**

	2018	2017
Prefeitura Municipal de Campo Largo	49.805	41.837
Demais Acionistas	195	163
Total	50.000	42.000

O Capital Social, totalmente integralizado, é representado por 500.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, estando assim constituído:

	2018	2017
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

5.26. Reserva de Lucros

	2018	2017
Reserva de Lucros	6.733	12.502

A reserva de retenção de lucros foi constituída com parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia, que será efetuada com Capital Próprio por deliberação da Assembleia Geral. A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, é limitada a 20% do Capital Social.

5.27. Cálculo dos Dividendos

O artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, do valor dos juros sobre o capital próprio que serão pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP). A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, em substituição aos dividendos, como distribuição de lucros do exercício no montante de R\$ 1.250, e reter o remanescente do lucro líquido como reserva de retenção de lucros, de modo a assegurar a realização do programa de investimento a ser realizado no ano seguinte, suportado pelo orçamento anual. Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas. A remuneração dos acionistas está assim demonstrada:

	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	3.482	3.069
(-) Reserva Legal	(174)	(153)
(-) Constituição da Reserva	(2.058)	(1.216)
(-) Juros s/Capital Próprio	(1.250)	(1.700)
Lucro ajustado	-	-

5.28. Seguros

Os principais ativos em serviço da empresa estão segurados, a especificação por modalidade de risco e data de vigência estão demonstradas a seguir:

Bem Segurado	Risco	Data da Vigência	Valor segurado
Sede Social	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	06/04/2018 a 05/04/2019	1.000
Almoxarifado	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	06/04/2018 a 05/04/2019	2.000
Centro de treinamento	Incêndio, Queda de Raio, Explosão.	06/04/2018 a 05/04/2019	200
Veículos	Casco / Danos Corporais / Morte / Invalidez	04/07/2018 a 03/07/2019	Vlr.Mercado

5.29. Instrumentos Financeiros

Até 31 de Dezembro de 2018, a Companhia não realizou nenhuma operação com derivativos, bem como não mantém operações financeiras objetivando a proteção dos riscos de perda com flutuações nas taxas de juros e de câmbios, tendo em vista a inexistência de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas e/ou vinculados à moeda estrangeira. Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para produzir a estimativa mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

- **Disponibilidades e aplicações financeiras:** Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis.
- **Consumidores, Concessionários e Permissionários:** O saldo de contas a receber tem seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis pela sua natureza de curto prazo.
- **Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser considerados como: a) Risco de crédito: são administrados por normas específicas de aceitação de clientes análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente; b) Concentração de risco de créditos: como aproximadamente 2/3 das vendas de energia são efetuadas a um grande número de consumidores que representam mais de 90% de seu universo, o risco de crédito por esse fato se torna minimizado, além do acompanhamento das inadimplências verificadas nas diversas classes de consumidores, suspendendo seu fornecimento, decorrente de atrasos superiores aos regulamentares.

5.30. RECEITA OPERACIONAL

- **Fornecimento de Energia Elétrica e outros**

Classes	Nº consumidores (valores não auditados)		Consumo em MWh (valores não auditados)		Valor – R\$ (mil)	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Fornecimento faturado						
Residencial	44.570	43.654	80.984	79.982	71.712	62.490
Industrial	394	420	44.517	48.612	31.415	29.840
Comercial	3.354	3.257	36.748	35.736	30.065	25.636
Rural	1.803	1.822	6.680	7.253	3.703	3.570
Poder Público	211	218	3.356	3.569	2.776	2.594
Iluminação Pública	1	1	13.924	13.924	7.215	6.391
Serviço Público	65	67	6.610	6.980	3.982	3.763
Consumo Próprio	3	3	130	117	-	-
Total Energia faturada	50.401	49.442	192.949	196.173	150.868	134.284
Não faturado	-	-	-	-	(756)	1.722
Disponibilização do Sistema de Distribuição – Consum.Livres (nota 1)	13	9	124.269	117.150	22.817	19.008
Receita de Construção	-	-	-	-	6.223	5.024
Doações, Contrib.Subvenções Vinculadas ao Serv.Concedido	-	-	-	-	6.341	5.931
Outras Receitas	-	-	-	-	5.753	5.309
Ativos e Passivos Regulatórios	-	-	-	-	4.643	528
Total Energia não faturada	13	9	124.269	117.150	45.021	37.522
TOTAL	50.414	49.451	317.218	313.323	195.889	171.806

- **Receita de Construção e Custo de Construção**

Estabelecido pela ICPC 01 / IFRIC 12, onde a concessionária de energia elétrica deve mensurar e registrar a receita dos serviços prestados de acordo com os CPC 17/IAS 11 dos Contratos de Concessão e CPC/IAS 18, IFRIC 13 E SIC 31.

A Companhia contabiliza a receita e o custo de construção relativa a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica conforme estágio de execução.

Nota 1: Desde o ano de 2016, treze consumidores industriais e comerciais de média tensão abaixo de 13,8 Kv pertencentes ao grupo de consumo A4, migraram para o mercado livre. A partir daí a remuneração passou a ser cobrada somente sobre a rede de distribuição utilizada por estes consumidores. O valor demonstrado no quadro acima de 124.269 MWh refere-se ao consumo dos Consumidores Livres junto a outras Distribuidoras por eles contratados.

- **Ativos e Passivos Regulatórios**

	2018	2017
CVA Ativa e Passiva		
- Em constituição	8.914	2.893
- Em Amortização	(4.271)	(2.365)
Total	4.643	528

Ativos e Passivos regulatórios – valores de Compensação da Variação dos Custos da Parcela “A” – CVA – Valores contabilizados em contrapartida com as contas citadas nos itens 5.8 e 5.22.

- **Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido**

	2018	2017
Subsídios Baixa Renda	839	688
Subsídios s/descontos nas tarifas do Serviço Público/Rural	1.736	1.694
Subsídios Carga fonte incentivada – consumidor livre	3.766	3.549
Total	6.341	5.931

Subsídios tarifários – Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos consumidores do serviço público de distribuição de energia elétrica, inclusos subsídios de baixa renda, que são repassados pela Eletrobrás.

- **Outras Receitas**

	2018	2017
Renda Prestação de Serviços – Compartilhamento de infraestrutura	2.068	2.453
Serviço Taxado	842	1.172
Serviços Prestados na Manutenção da Iluminação Pública	3.044	1.637
Ganhos na Alienação de bens e direitos	76	280
Outros	223	151
(-) Tributos s/outras Receitas – Pis/Pasep/Cofins	(500)	(384)
Total	5.753	5.309

5.31. Deduções da Receita Operacional

- **Encargos Setoriais - Encargos do consumidor**

	2018	2017
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	11.861	7.783
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE - ACR	7.049	6.181
Bandeiras tarifárias	4.512	4.078
Taxa de fiscalização	106	110
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	446	438
Programa de Eficiência Energética - PEE	446	437
Total	24.420	19.027

- **Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética**

	2018	2017
Programa de Eficiência Energética – PEE	357	350
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel	89	87
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	178	175
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	178	175
Ministério de Minas e Energia - MME	89	88
Total	891	875

Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (PEE) são programas de investimentos em os quais as concessionárias estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9991/2000 e regulamentação nas Resoluções ANEEL nº 300/2008 e 316/2008.

- **Procel**

A Lei nº 13.280, de 3 de maio de 2016, alterou a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética. Segundo a Lei nº 13.280/2016, 20% (vinte por cento) dos recursos para eficiência energética serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel, instituído pela Portaria Interministerial nº 1.877, de 30 de dezembro de 1985, e ratificado pelo Decreto de 18 de julho de 1991. A Resolução Normativa nº 737, de 27 de agosto de 2016, aprovou o Sub módulo 5.6: Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – EE dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, que regulamenta o cálculo dos valores a investir em P&D, EE, a recolher ao Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia – MME e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel. Os valores foram provisionados no Passivo Circulante e aguardamos a aprovação do primeiro Plano de Aplicação de Recursos pelo Comitê Gestor de Eficiência Energética – CGEE, presidido pelo MME, para que possamos providenciar o recolhimento.

5.32. Custos com energia elétrica comprada para revenda

	Em MWh (valores não auditados)		em R\$ (mil)	
	2018	2017	2018	2017
Copel – Compra de Energia	194.129	211.100	51.009	47.321
Encargos do Uso da Rede Elétrica			16.215	12.600
PROINFA			2.516	2.355
Bolha financeira – Resolução 243/06			-	1.346
Micro geração – baixa tensão	60	16	36	8
Crédito COFINS / PASEP/PIS			(6.454)	(5.885)
Total	194.189	211.116	63.322	57.745

5.33. Despesas Operacionais – Custos não gerenciáveis

Naturezas	2018	2017
Pessoal	15.092	14.042
Administradores	1.579	1.322
Material	2.832	1.300
Serviço de terceiros	4.845	5.348
Arrendamento e aluguéis	215	235
Seguros	104	71
Doações, contribuições e subvenções.	33	98
Provisões	165	(462)
(-) Recuperação de despesas	(134)	(154)
Tributos	21	93
Depreciação/Amortização	2.719	2.492
Custo com construção	6.223	5.024
Gastos diversos	647	1.222
	34.341	30.631

6. Participação nos Resultados.

Em 1999 a Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros ou resultados baseados em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. A empresa constituiu provisão para pagamento de participações nos lucros do exercício de 2018, no valor de R\$ 751, conforme consta no Art. 29, incisos V e VI, do Estatuto Social, estando este sujeito à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

7. Ajuste a Valor Presente

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12, a Companhia analisa suas contas de ativos e passivos que serão sujeitas a liquidação financeira frente a questões relacionadas a valores realizáveis no futuro, prazo de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto, com o objetivo de apurar o efetivo montante de realização ou liquidação por conta da desvalorização no tempo e incertezas associadas. Quando aplicável e relevante efetua-se a redução contábil do respectivo ativo ou passivo, efetuando a apropriação do ganho financeiro de acordo com a fruição do tempo.

8. Universalização

Conforme Decreto nº 4.873, de 11 de Novembro de 2003, foi instituído o Programa de Universalização - Luz para Todos, a ser realizado sem qualquer ônus aos consumidores. Foram celebrados quatro contratos junto a Eletrobrás para a realização das obras do Programa "Luz para Todos". A Coel já encerrou o programa em 2014. Os valores finais seguem discriminados no quadro abaixo:

Contrapartida	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa	4ª etapa	Total
	Contrato nº 063/04	Contrato nº 116/05	Contrato nº 182/07	Contrato nº 212/08	
COCEL	216	528	162	543	1.449
CDE	432	1.056	-	1.303	2.791
RGR	432	1.056	663	1.303	3.454
TOTAL	1.080	2.640	825	3.149	7.694

Sendo:

RGR – Reserva Global de Reversão – Recursos decorrentes de subvenção econômica. Financiado.

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético – Subsidiado.

COCEL – Agente Executor – Recursos próprios.

9. Demonstração do Resultado Segregado por Atividade.

Todos os valores contidos no Balanço Patrimonial referem-se única e exclusivamente as atividades de Distribuição, tendo em vista que a concessionária é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, atendendo somente o Município de Campo Largo e ainda não possuindo nenhuma atividade atípica.


José Arlindo Lemos Chemin
 Diretor Presidente


Carlos Conrado Krzyzanowski
 Diretor Técnico


Pedro Luiz Durigan
 Diretor Econômico/Financeiro


Nelson Chagas
 Diretor Administrativo


Luciano Marcos Klos
 Contador CRC/PR 027.658/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Campolarguense de Energia- COCEL, dando cumprimento as disposições legais e estatutárias, além de terem acompanhado através de balancetes trimestrais a gestão econômico-financeira da referida empresa, examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao ano de 2018, são de parecer que refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e conseqüente aprovação pelos senhores Acionistas.

Campo Largo, 30 de Abril de 2019.



Moacir Thadeu Schneider
Presidente



Anderson Citero
Conselheiro



Adenilson Ribeiro Dos Santos
Conselheiro



Osvaldo Andrade Zotto
Conselheiro

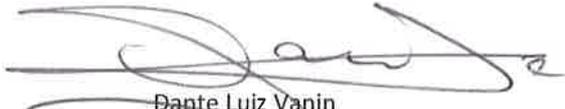


José Carlos Noriller
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º- do Estatuto Social da Companhia e tendo como base os termos dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis previstas no artigo 176 das sociedades por Ações, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

Campo Largo, 30 de Abril de 2019.



Dante Luiz Vanin
Presidente



Vera Lúcia Berton
Conselheiro



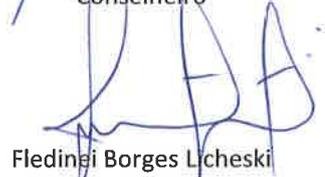
Rubens Beber
Conselheiro



Paulo Henrique Bianco
Conselheiro



Adão Natalino Da Silva Junior
Conselheiro



Fledinei Borges Licheski
Conselheiro



João Alceu Borges Tigrinho
Conselheira



Rafael Alexandre Ohpis
Conselheira



Bianca Moraes
Bianca Moraes
Conselheira



André Luiz Alves
André Luiz Alves
Conselheiro



Ronalde Lazarini
Conselheiro

**Demonstrações Financeiras -
Societário**

**Companhia Campolarguense de
Energia - COCEL**

31 de dezembro de 2018
com Relatório dos Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Campolarguense de Energia - COCEL
Campo Largo - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL (Companhia) em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente de causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior

que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo (SP), 08 de abril de 2019.

TATICCA Auditores Independentes S.S
CRC 2 SP-032267/O-1



Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio
Contador CRC – 1SC020036/O-8-T-SP